

O ÍNDIO E O ESPAÇO URBANO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO INDÍGENA NA CIDADE

Adir Casaro Nascimento¹

Carlos Magno Naglis Vieira²

Resumo: O objetivo desse artigo é abrir espaços e/ou trazer contribuições para as discussões que envolvem o tema índios em contexto urbano. Tendo como foco uma população de aproximadamente 315 mil índios vivendo no espaço urbano dos municípios brasileiros (IBGE, 2010), o texto tem como proposta situar, a partir dos dados do censo do IBGE (2010), o cenário indígena na cidade. Ademais, realizar uma leitura mais sistematizada desses números, amparado por reflexões das teorias pós-coloniais e do grupo Modernidade/Colonialidade.

Palavras-chave: Índios em contexto urbano; Espaço urbano; IBGE.

THE INDIAN AND THE URBAN AREA: BRIEF OBSERVATIONS ON THE INDIGENOUS CONTEXT IN THE CITY

Abstract: *The objective of this article is to open spaces and/or bring contributions to the discussions that involve the Indians in the urban context theme. Having as a focus a population of approximately 315 thousand Indians living in an urban area in Brazilian municipalities (IBGE, 2010), the text has as a proposal to situate the indigenous scenario in the city using the census data of the IBGE (2010). In addition, to realize a more systemic interpretation of these numbers sustained by reflections of postcolonial theories and theories of the Modernity/Coloniality group.*

Key-words: *Indians in urban context; Urban area; IBGE.*

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Pesquisadora Produtividade em Pesquisa/CNPq. E-mail: <adir@ucdb.br>.

² Doutor em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professor do curso de História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: <cmhist@hotmail.com>.

Introdução

No Brasil, precisamente nos últimos anos, é possível verificar um conjunto significativo de pesquisas sobre a temática indígena em diferentes áreas do conhecimento. Pesquisas que, em sua maioria, trazem contribuições importantes, pois suas discussões e reflexões procuram não somente apresentar o protagonismo indígena, mas tentam compreender os sentidos e os significados da cultura dos povos indígenas, além de despertar um diálogo na intenção de ressignificar e desconstruir os preconceitos, os estereótipos, as ideias de homogeneização, subalternização e uniformização impostas pela colonialidade e fortemente marcadas pelas relações de saber e poder.

Em meio a esse cenário de pesquisas acadêmicas, identificamos que os trabalhos com e sobre índios em contexto urbano, proposta desse artigo, ainda despertam pouco interesse nos pesquisadores brasileiros, fato que pode se observar realizando uma busca no Banco de Teses e Dissertação da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Nesse sentido, o artigo que parte das experiências de pesquisa dos autores, pretende abrir espaços e/ou trazer contribuições para as discussões que envolvem a temática índios em contexto urbano. Para o tratamento desse objetivo faz-se necessário uma aproximação das “poucas” produções já realizadas sobre o tema, dando destaque principalmente para os autores que utilizam um referencial bibliográfico orientado pelo diálogo com campos teóricos de análises que mostram que além do “compromisso com as populações sem poder”³, a compreensão de que ao descrever o campo pesquisado, “a teoria também o produz, uma vez que ela ‘conforma’ certos modos possíveis de vê-lo e de falar sobre ele”⁴.

O texto que se segue é resultado de uma pesquisa que iniciou em 2011 com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e ainda continua em andamento.

O índio e o espaço urbano brasileiro

Os estudos sobre os povos indígenas em contexto urbano circulam por um campo com uma temática escorregadia, em movimento, onde os desafios, as incertezas e as surpresas sempre se fazem presentes. Como estamos diante de uma temática complexa, as produções sobre o assunto não apresentam um consenso com relação a que termo empregar: índios

³ SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 28.

⁴ BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Descaminhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II - outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 21.

urbanos, índios na cidade, índios da cidade, índios citadinos, índios em área urbana e índios em contexto urbano.

Outro modelo de classificação muito encontrado em trabalhos acadêmicos para denominar a presença de índios no espaço urbano, ou seja, fora das Terras Indígenas⁵ (TI), é “índios desaldeados”. Segundo os estudos de Albuquerque⁶ e Nakashima⁷, esse modo de denominar os índios na cidade, além de simplista, não é suficiente para compreender a complexidade da questão. Ainda de acordo com os autores, isso se torna evidente pelo fato de não haver uma legislação de assistência às populações indígenas em contexto urbano, pois o que presenciamos como políticas públicas para indígenas nas áreas de saúde, educação e moradia se refere e está vinculado ao atendimento das populações que residem nos territórios indígenas e não no perímetro urbano.⁸

Albuquerque⁹ escreve que as poucas políticas públicas que foram construídas para amparar os povos indígenas em contexto urbano foram criadas e implantadas por alguns estados e municípios, sendo, em sua maior parte, ações da Secretaria de Direitos Humanos. Segundo o livro da Comissão Pró-Índio de São Paulo, *A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas*¹⁰, os municípios com políticas públicas voltadas para a população indígena na cidade são: Campo Grande/MS, São Paulo/SP, Osasco/SP, Porto Alegre/SP, Manaus/AM e Florianópolis/SC.

⁵ Terra indígena é uma categoria jurídica, tendo, portanto, sua origem na definição de direitos territoriais indígenas. Tais direitos foram reconhecidos ao longo da história pelo Estado nacional brasileiro em diversos dispositivos legais (CAVALCANTE, 2013, p. 44). De acordo com a Constituição Federal de 1988, no artigo 231, as terras indígenas podem ser entendidas da seguinte maneira: “§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

⁶ ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. *O regime imagético Pankararu*: tradução intercultural na cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁷ NAKASHIMA, Edson Yukio. *Reatando as pontas da rama*: a inserção dos alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública na cidade de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

⁸ O doutor Antônio Jacó Brand, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, em nossas sessões de estudos, durante as aulas, sempre salientava a diferença que ele percebia entre a designação “índios urbanos”, que transmitia a representação de negação da identidade indígena, e “índios em contextos urbanos”, que, apesar da necessidade de migração, não caracterizava a negação da identidade indígena, o que era importante, em especial, para o estabelecimento de políticas públicas diferenciadas aos indígenas, mesmo que fora das aldeias rurais.

⁹ ALBUQUERQUE, op. cit., 2011.

¹⁰ Publicado em maio de 2013.

Com base em estudos acadêmicos, o crescimento da população indígena em área urbana pode ser entendido como uma ação da política indigenista, pois segundo Baines, ela tem

[...] contribuído à migração para as cidades. A ideologia do SPI visava a uma pressuposta integração rápida dos índios à sociedade nacional, o que favorecia o estabelecimento de áreas reduzidas para os índios e a liberação das demais terras para ocupação pelos brancos. A falta de terras adequadas para sua sobrevivência é um dos fatores que leva à migração indígena e à busca de trabalho assalariado em fazendas e cidades.¹¹

Assim, o fato do governo federal não elaborar leis que amparam as populações indígenas em contexto urbano pode ser entendido como estratégia para manter esses povos invisíveis e, de alguma forma, silenciados. Com essa prática de controle, o governo procura manter nas cidades bons cidadãos, ou seja, “identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governamentalidade”¹². Ainda, contribui para a colonialidade de silenciar o “outro”, o que reforça o pensamento moderno, que legitima apenas um conhecimento, escuta apenas um lado e reforça o imaginário de que se trataria de uma população habitante de floresta, preguiçosa e incapaz de viver nas cidades.

Dialogando com Bhabha¹³, a presença indígena na cidade pode ser vista como um motivo de desordem, pois “seu passado amarrado a traçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração não produzirá uma história de progresso civil [...]”. Para o autor, essa

[...] repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes, embasa suas estratégias de individualização e marginalização, produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente.¹⁴

Analisando a mesma situação a partir de Zygmunt Bauman¹⁵, podemos compreender que a presença de índios na cidade causa, além de uma “desordem”, também uma “estranheza”. Para o autor, a modernidade trouxe consigo uma exaltação da ordem na tentativa de construção de um mundo estável. Sendo assim, tudo aquilo que estiver fora de “lugar” ou fora da “ordem” deve ser retirado do convívio, sendo considerado algo “sujo”, “imundo”, “impuro”, “estranho” ou “agente poluidor”.

¹¹ BAINES, Stephen. Grant. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Brasil Indígena*, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, 01 dez. 2001, p. 16.

¹² CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Set. 2005, p. 81.

¹³ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 73.

¹⁴ BHABHA, op. cit., 1998, p. 73 e 106.

¹⁵ BAUMANN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Apesar do governo não amparar legalmente os indígenas em contexto urbano, presenciamos um crescimento populacional desse segmento nas cidades. Com base nos estudos de Cardoso de Oliveira¹⁶ a presença de populações indígenas circulando e vivendo no espaço geográfico da cidade pode ser registrada desde o ano de 1920. Mas, é a partir de 1960 que a migração de indígenas para a cidade se intensifica. Muitos que deslocaram para os centros urbanos vieram em busca de trabalho e boas escolas para a continuidade dos estudos de seus filhos.

No Mato Grosso do Sul, lócus dessa pesquisa, o crescimento da migração indígenas do espaço rural para o urbano vem acontecendo com frequência devido à proximidade das aldeias para com a cidade. Essa situação foi destacada no relato de um morador indígena da etnia Terena de uma das aldeias indígenas urbanas do município de Campo Grande/MS: “são poucos quilômetros que separam a difícil vida na aldeia com o encantamento da cidade. Muitos acreditam que a cidade tem tudo que o índio precisa”. Com esta fala fica evidente o quanto os índios assumem um “fetichismo” com relação à cidade, o qual faz com que eles assumam ou aceitem o seu não lugar.

Nos dias atuais, observamos que basta um convite dos parentes, a necessidade de um tratamento de saúde, a falta de escolarização na aldeia ou algum desentendimento ou conflito com lideranças ou membros da comunidade, que muitos indígenas migram para as cidades e provocam um crescimento populacional indígena no espaço urbano. A razão de ir em busca de um projeto de vida é explicada por Melo da seguinte maneira:

Os índios estão migrando para a cidade buscando o que falta na aldeia – como mercadorias e educação formal principalmente. O ‘mundo dos brancos’ é representado por bens simbolicamente importantes: as mercadorias e a escola. Ir para a cidade significa escolarização, inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, casamentos interétnicos.¹⁷

O descolamento de grupos indígenas para o espaço urbano “ganha sentido quando os índios passam a acreditar que a vida na aldeia é inviável, ou quando se dão conta de que a possibilidade de acesso [ao meio urbano] [...] é bastante limitada”¹⁸. Assim, analisando o deslocamento dos indígenas, é possível verificar que o contexto urbano revela um novo mundo a esse grupo, possibilitando a reorganização de um modo de vida. O “estar na cidade”

¹⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

¹⁷ MELO, Juliana. *Identidades fluidas: ser e perceber-se como Baré (Aruak) na Manaus Contemporânea*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2009, p. 76.

¹⁸ MELO, op. cit., 2009, p. 87.

traz a possibilidade de uma alternativa econômica, por meio de outras fontes de rendimento (venda de produtos oriundos da aldeia e emprego em atividades informais). A cidade parece ter certo prestígio para alguns grupos locais, principalmente aqueles que ocupam algum cargo administrativo na FUNAI, na FUNASA e outras instituições que trabalham diretamente no atendimento as populações indígenas.

Os estudos de Cardoso de Oliveira¹⁹ nos mostram que muitos indígenas possuíam uma representação e uma imagem alienante da cidade, especialmente quando passavam próximo das lindas casas de vidro. De acordo com o autor, essas “casas de vidro compunham na imaginação indígena uma paisagem citadina impregnada de tal maravilhoso que poucos índios seriam capazes de eludir.”²⁰ No diálogo com Bhabha, percebemos o quanto “esse posicionamento é em si problemático, pois o sujeito encontra-se ou se reconhece através de uma imagem que é simultaneamente alienante e daí potencialmente fonte de confrontação”²¹. Já Bauman chama atenção para o quanto “a vida urbana exerce uma atração constante sobre as pessoas de fora e estas têm como marca registrada o fato de trazerem novas maneiras de ver as coisas e talvez de resolver antigos problemas.”²²

Os dados do IBGE sobre os índios em contexto urbano

Os dados demográficos sobre índios em contexto urbano somente começaram a ser registrados e publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 1991, quando foi incluída definitivamente nos censos populacionais a variável cor e raça, resultando na identificação do termo indígena.²³ Observamos que os dados mais detalhados com relação à presença de indígena no cenário nacional, ou seja, tanto no território indígena quanto na cidade, ficam mais presentes, principalmente no que se refere a números que expressam e assinalam de maneira mais precisa a população indígena. Segundo os estudos de

¹⁹ CARDOSO DE OLIVEIRA, op. cit., 1968.

²⁰ CARDOSO DE OLIVEIRA, op. cit., 1968, p. 126.

²¹ BHABHA, op. cit., 1998, p. 119.

²² BAUMANN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

²³ O quesito cor da população vem sendo investigado desde o primeiro Recenseamento Geral do Brasil, em 1872. Esse quesito foi incluído, também, nos levantamentos de 1890, 1940 até 1960, e de 1980 até 2010, não sendo pesquisado em 1900, 1920 e 1970. Convém esclarecer que, nos Censos Demográficos de 1940 e 1950, foi investigada a língua falada pelas pessoas que não falavam habitualmente o português no lar, e, assim, era possível quantificar os indígenas, que conservavam o uso da língua nativa, identificados mediante o critério da língua indígena falada. Em 1960, houve uma experiência na pesquisa indígena com a introdução da categoria “índio” no quesito cor; contudo, a aplicação dessa categoria era somente para os que viviam em aldeamentos ou postos indígenas. Neste contexto, o critério utilizado poderia ser entendido como o da localização geográfica. Cf. IBGE, 2010, p. 06.

Pereira, Santos e Azevedo²⁴, pesquisadores da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), os números censitários de 1991 apresentaram alguns problemas, entre eles a falta de dados mais precisos sobre as populações indígenas em contexto urbano.

Analisando de maneira geral, os primeiros dados do censo, as primeiras evidências que surgem sinalizam que a inserção do termo indígena apenas ocorreu devido à promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual passou a respeitar os povos indígenas como grupos étnicos diferenciados, com direito a manter sua organização social, línguas, costumes, tradições e crenças, além de assegurar os seus processos próprios de aprendizagem e uma educação escolar indígena específica, diferenciada, comunitária, intercultural e bilíngue.

Diante desse contexto que mostra a ausência de dados demográficos do IBGE sobre os povos indígenas na cidade, mais precisamente no período anterior à década de 1990, é possível observar o efeito da colonialidade. Pois o fato de não se apresentar números censitários da população indígena que vive em espaço urbano já é uma estratégia estatal de dominação, subalternização, marginalização e silenciamento. Com base nos estudos de Castro-Gómez, esta estratégia poderia ser vista como uma tentativa do governo de “criar identidades homogêneas por meio de políticas de subjetivação”²⁵ ou de evidenciar a inferiorização e o extermínio do grupo.

Ao desconsiderar a população indígena que está na cidade nos Censos, o Estado, como agente colonizador, exerce o poder sobre ela, e isso configura o que Santiago Castro-Gómez chama de “invenção do outro”. De acordo com o autor, ao falar em invenção,

[...] não nos referimos somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente a outras, mas nos referimos aos dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações. Mais que como o “ocultamento” de uma identidade cultural preexistente, o problema do “outro” deve ser teoricamente abordado da perspectiva do *processo de produção material e simbólica* no qual se viram envolvidas as sociedades ocidentais.²⁶

Além das palavras de Castro-Gómez, essa situação nos convida a ponderar que não é somente na terra indígena que os povos indígenas sofrem com um processo histórico agressivo e violento. No espaço urbano, o processo histórico de violência e confrontos diretos fica menos aparente, mais silenciado, o que resulta na ausência de conhecimento da população

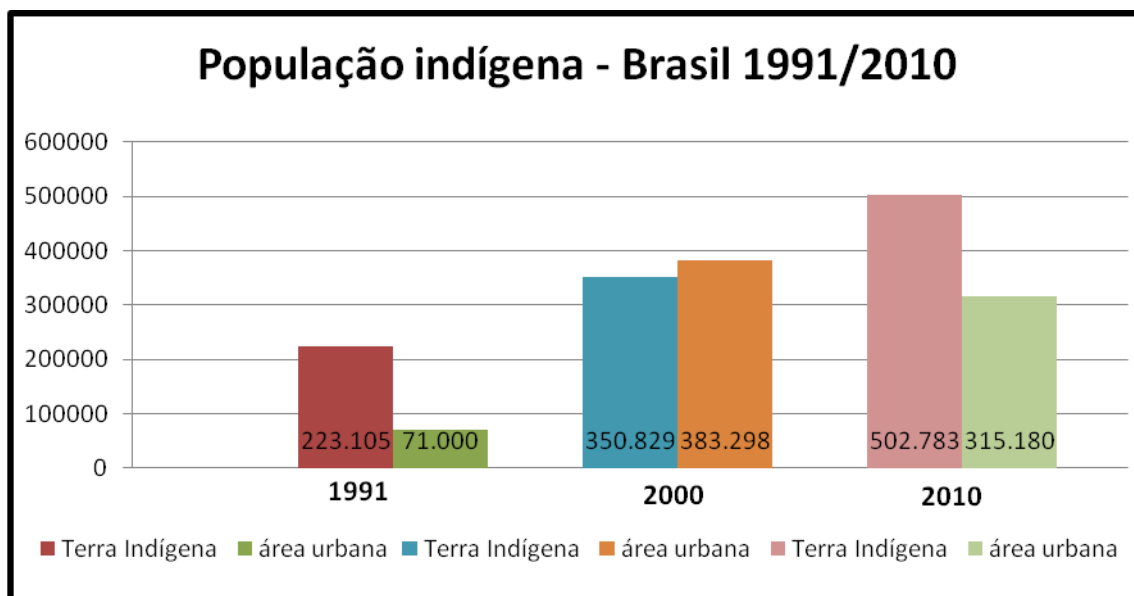
²⁴ PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; SANTOS, Ricardo Ventura; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Perfil demográfico socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos do IBGE - 1991-2000. In: PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ e Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005, p. 155-166.

²⁵ CASTRO-GÓMEZ, op. cit., 2005, p. 83.

²⁶ CASTRO-GÓMEZ, op. cit., 2005, p. 81.

não indígena sobre os índios em contexto urbano, além do preconceito e da negação da alteridade indígena.

Tabela 1.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Censos 1991 – 2010.

Elaboração dos autores.

Com base nos dados publicados pelo IBGE, em 1991, a população indígena em contexto urbano compreendia um total de 71.026 índios. Grande parte desse contingente estava concentrada nas regiões Sudeste (35,4%) e Nordeste (22,5%) do país, enquanto o Centro-Oeste, possuía o menor número de índios na cidade entre as regiões brasileiras, com um total de 11%.

Observando-se os dados da população indígena no Brasil (294.131) no ano de 1991, a população de índios em contexto urbano corresponde a 24% do total. Isso já sinaliza uma proporção considerável desse segmento populacional vivendo na cidade. De acordo com o IBGE (1991), em 34,5% dos municípios do país morava um indígena autodeclarado.

Antes dos dados do IBGE do ano de 1991 não é possível levantar ou identificar um quadro mais preciso sobre os municípios brasileiros com maior quantidade de índios em contexto urbano. O que temos de mais pontual com relação aos números e às características demográficas dos indígenas que vivem em contexto urbano foram levantamentos realizados por ONGs²⁷, e alguns indícios podem ser encontrados em produções acadêmicas que

²⁷ Projeto Índios na Cidade – Opção Brasil. Ver: <www.opcaobrasil.org.br>.

direcionam seus olhares para a presença de populações indígenas na cidade, principalmente nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Campo Grande.²⁸

O Censo de 2000 mostrou um crescimento expressivo do número de índios, tanto em áreas indígenas quanto em áreas urbanas. A população aumentou de 294 mil para 734.127 índios, o que foi uma surpresa para muitos, inclusive os antropólogos, como afirma Albuquerque²⁹ em sua tese de doutorado em Antropologia. O aumento constante da população indígena no Brasil pode ser compreendido a partir de explicações como, por exemplo, o crescente número de índios que passaram a assumir suas identidades. Como descreve Luciano, muitos indígenas que,

[...] por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas.³⁰

De acordo com Oliveira, uma suposição ainda não confirmada, mas que merece atenção e estudos dos pesquisadores com relação ao crescimento indígena no Brasil, refere-se aos

[...] índios de 0 a 14 anos que se declinaram entre 91 e 2000, de 42,8% para 29,9% do total de autodeclarados indígenas, enquanto a faixa de 15 a 64 anos aumentou de 51,9% para 63,6% do total de indígenas (IBGE, 2005). Isso demonstra não existir exclusivamente um processo de explosão demográfica da população indígena, com o crescimento acelerado do nascimento de crianças indígenas, reafirmando a tese de que deste crescimento acontece através de pessoas que no censo de 1991, por diferentes razões, não se declararam como indígenas.³¹

Em outras palavras, mais precisamente no diálogo com Skliar, podemos perceber que as populações indígenas que vivem nos municípios brasileiros “acabam mudando de nome [*e, com isso, apagam*] seus vestígios, sua língua, seu rosto, suas marcas, suas histórias, porque

²⁸ Dentre as pesquisas realizadas com populações indígenas em contexto urbano antes da publicação do censo de 1991, destacam-se: ROMANO, Jorge Osvaldo. *Índios proletários em Manaus: o caso dos Sateré-Mawé citadinos*. 1982. (Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília; LAZARIN, Marco Antônio. *A descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico*. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1981. FÍGOLI, Leonardo H. G. *Identidade étnica e regional: trajeto construtivo de uma identidade social*. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

²⁹ ALBUQUERQUE, op. cit., 2011.

³⁰ LUCIANO, Gersm dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 28.

³¹ OLIVEIRA, Tomas Paoliello Pacheco de. Dinâmicas recentes da população indígena no Nordeste brasileiro. In: *XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*. Transformações na população brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas. Águas de Lindóia, São Paulo, 2012, p. 3.

até o próprio nome se tornou politicamente incorreto”³² (p. 80 – *grifo nosso*). E ainda, “com tantos nomes que se impõem e sobrepõem [aos indígenas], acaba [m] por mudar seu corpo. Apagam seus olhares, seus lugares, seus mirantes, porque até a própria altura se tornou politicamente incorreta”. Nesse sentido, Baines afirma que

[...] a mesma pessoa pode se considerar indígena em alguns contextos, e não em outros, ou apelar a outras identidades genéricas geradas historicamente em situações de contato interétnico, como caboclo, índio civilizado, descendente de índio, remanescente, índio misturado etc.³³

O escrito de Baines³⁴ mostra uma prática muito utilizada entre as populações indígenas para circularem em diferentes espaços, tanto na cidade quanto na aldeia. Ocultar sua identidade significa estar em permanente processo de negociação, negociação que aqui pode ser compreendida como um processo de subversão. Assim, entendê-lo [o índio] desta maneira nos ajudam a diluir a rigidez imposta e construída durante o longo processo de colonialismo e de colonialidade. Essa rigidez, amparada pela assimetria de poder, faz com que a discriminação e o preconceito sejam reforçados.

Além do crescimento quantitativo dos dados numéricos sobre os povos indígenas, o Censo de 2000 apresentou outra surpresa: uma quantidade maior de índios em áreas urbanas (52,2%). A população indígena em contexto urbano saltou de 71 mil para 383.298, o que revela uma população superior à daqueles que moram em áreas indígenas. Essa nova geografia dos povos indígenas apontou que, dos 20 municípios com maior número de índios na cidade, 10 são capitais.

Outra possível explicação para o aumento de índios em contexto urbano é o fato de muitos passarem a assumir a identidade indígena na cidade. Anteriormente, muitos índios, ao se depararem com atitudes discriminatórias e ações preconceituosas, acabavam negando sua identidade indígena. O índio Marcos Terena, em entrevista à revista *Caros Amigos* no ano de 2000, fala que passou 14 anos de sua vida “falando que era japonês, porque era mais fácil – o índio era o preguiçoso e o japonês era o trabalhador; o índio era um turrão e o japonês era inteligente, então fui levando essa identidade para poder superar muitas dificuldades”³⁵. Ainda nesse sentido, recordo os escritos da dissertação de mestrado em Educação da indígena Terena Maria de Lourdes Sobrinho, quando menciona que

³² SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: D&A, 2003, p. 80.

³³ BAINES, op. cit., 2001, p. 16.

³⁴ BAINES, op. cit., 2001.

³⁵ TERENA, M. Entrevista dos 500 anos. *Revista Caros Amigos*, p. 36-41, abr. 2000, p. 36.

[...] tinha vergonha de falar a língua terena no meio dos brancos, isto porque não queria que eles percebessem que eu era índia, pois, quando percebiam, parecia que me isolavam do grupo. Ia aos clubes e procurava dançar como os jovens não indígenas dançavam, tinha a tal da discoteca, mas dentro de mim estava o meu eu Terena vivo, mas reprimido pelo preconceito.³⁶

Os dados do Censo de 2000 apresentam uma nova realidade indígena no Brasil, principalmente no tocante à população em contexto urbano. Com esse novo cenário indígena no país, é necessário que o governo federal, mais especificamente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), crie ou promova leis ou políticas públicas que amparem os índios em contexto urbano.

Diante desse cenário, o que se verifica é um distanciamento e silenciamento quanto à questão; ou seja, mesmo diante de toda uma situação favorável à implementação de legislações para os povos indígenas, “a questão dos indígenas nas cidades apareceu oficialmente em 2006, durante a 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas”.³⁷ A política adotada pela FUNAI mostra o quanto a colonialidade anula, marginaliza, silencia e exclui os povos indígenas em contexto urbano. Sobre esse assunto, Albuquerque aponta que

[...] o governo federal, através de seus órgãos de assistência, estruturou a política indigenista a partir de uma visão rural, ou seja, os índios têm de morar na aldeia. Reproduz a ideia de índio e mato, longe das cidades e longe da civilização.³⁸

Ainda de acordo com o autor, essa posição governamental de manter os povos indígenas em seus territórios tradicionais é um exercício do poder tutelar, o qual se

[...] constitui num dispositivo disciplinar do estado brasileiro cujo exercício implica o monopólio de definição e controle sobre a população [*sobre a qual*] incide, instituindo para tanto uma definição extranativa do ser indígena como parte de dispositivos de poder, momento em que se desloca o direito à identidade para uma forma externa de atribuição.³⁹

Em outras palavras, percebemos que as políticas do governo federal, dentre elas as implementadas pela FUNAI, foram construídas a partir de uma lógica hegemônica, a qual fortalece uma cultura e silencia e oculta outra. Com isso, elas acabam não considerando as lutas que os indígenas em contexto urbano vêm travando para se manter inseridos nesse lugar, sem deixar as suas identidades indígenas, e, acima de tudo, não procuram realizar a

³⁶ SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias. *Alfabetização na língua terena: uma construção de sentido e significado da identidade terena da aldeia Cachoerinha, Miranda, Mato Grosso do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010, p. 24.

³⁷ ALBUQUERQUE, op. cit., 2011, p. 70.

³⁸ ALBUQUERQUE, op. cit., 2011, p. 70.

³⁹ ALBUQUERQUE, op. cit., 2011, p. 27.

“experiência de aprender a ouvir as vozes dos que estão posicionados nas fronteiras da exclusão”.⁴⁰ Notamos que apenas estão contribuindo para a negação do reconhecimento da diferença e para o discurso colonial que sustenta um imaginário em que o lugar de índio é no mato.

As políticas indigenistas da FUNAI são políticas definidas pelo governo federal. E como são políticas específicas voltadas a minorias onde não se visa ao desenvolvimento nem trazem benefícios financeiros para a economia do país, acabam caminhando a passos lentos. São políticas que procuram manter um dispositivo disciplinar ou uma exclusão dos índios que não se enquadram no sistema⁴¹. Em outras palavras, seriam uma política de “demarcação estrita de territórios, o que permite observar e controlar os sujeitos, reparar suas presenças e suas ausências”.⁴²

Diante desse cenário, alguns grupos indígenas têm procurado se organizar e criar, junto aos governos estaduais e municipais, núcleos, conselhos e organizações para debater e implementar políticas públicas específicas para a população indígena em área urbana. Esses espaços que buscam garantir ações voltadas às populações indígenas na cidade possuem em suas representações um maior número de indígenas residentes no contexto urbano do local. Isso pode ser presenciado na cidade de Campo Grande com a criação do Conselho Municipal de Direitos e Defesas dos Povos Indígenas, no ano de 2005, em Porto Alegre, com o Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas e, no Estado de São Paulo, com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo, no ano de 2004.⁴³

Ainda nesse contexto, podem-se encontrar outras ações, como o Fórum Permanente Intersetorial Indígena de Osasco, em São Paulo, e as Coordenações Técnicas Locais (CTL) da FUNAI, reivindicadas pelos indígenas em determinadas cidades. O Fórum Permanente Intersetorial Indígena de Osasco iniciou suas atividades nos primeiros meses do ano de 2007 e reuniu os índios Pankararé⁴⁴ residentes na cidade, organizações não governamentais como o

⁴⁰ BACKES, José Licínio; NASCIMENTO, Adir Casaro. Aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e da exclusão: um exercício cotidiano e decolonial. *Série-Estudos*, Campo Grande: UCDB, v. 31, p. 25-34, 2011, p. 25.

⁴¹ CASTRO-GOMEZ, op. cit., 2005.

⁴² SKLIAR, op. cit., 2003, p. 100.

⁴³ ALBUQUERQUE, op. cit., 2011.

⁴⁴ O povo Pankararé é originário do nordeste da Bahia. Suas primeiras migrações para São Paulo e municípios vizinhos em busca de trabalho iniciaram-se na época da seca de 1955. Desde então, há um constante fluxo migratório entre o seu território de origem e a região metropolitana de São Paulo. Na Grande São Paulo, os Pankararé concentram-se em maior número na cidade de Osasco, onde vivem 38 famílias. Cf. informações encontradas na página eletrônica do Conselho Indigenista Missionário/CIMI. Ver: <<http://www.cimi.org.br>>.

CIMI⁴⁵ e a Pastoral Indigenista, algumas secretarias municipais (Administração, Saúde, Cultura, Educação, Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano) e Centros Universitários da cidade. Esse Fórum Permanente tem como objetivo de debater ações tendo em vista as demandas da comunidade indígena.

Assim como no censo anterior, de 1991, os resultados do Censo de 2000 apontam que a maior concentração de população indígena em contexto urbano está localizada nas regiões Sudeste (140.644) e Nordeste (105.728), sendo os estados de São Paulo (58.842), Rio de Janeiro (34.441) e Bahia (46.276) as unidades da federação que mais receberam fluxo migratório de indígenas.

Realizando uma leitura mais sistematizada dos dados do IBGE de 2000, verifica-se que a população indígena em área urbana é composta por um maior número de indígenas do sexo feminino (200.122) do que indígenas do sexo masculino (183.177). Na direção dessa leitura, percebe-se que a maior proporção desse grupo está na faixa etária adulta, com cerca de 48,6% da população indígena, seguida pelas crianças com cerca de 21% e os adolescentes com 20%, conforme apresenta o gráfico abaixo. Com base nos números do IBGE, é possível verificar um crescimento menor desse grupo, comparado com os dados da população que vive em Terras Indígenas.

O Censo de 2010, o último publicado até o momento, conseguiu atingir uma abrangência maior dos municípios brasileiros e inclui perguntas relacionadas ao pertencimento étnico e à língua falada para as pessoas que se autodeclaravam indígenas no termo “cor/raça”. Com essa nova metodologia, o censo apresentou um crescimento da população indígena no Brasil, mas também evidenciou uma inversão na distribuição espacial dos povos indígenas. Agora, vemos um maior número de indígenas nas terras tradicionais com relação à população em área urbana. A população indígena na cidade que foi a grande surpresa no censo anterior, depois de somar um total de 383.298 índios, passa a contar com um contingente de 315.180 índios, conforme apresenta o gráfico abaixo.

Analisando de maneira geral, pode-se perceber que a redução da população indígena na cidade está associada à negação da identidade indígena, principalmente porque muitos índios que migram para lugares distantes de suas comunidades de origem não retornam para

⁴⁵O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Ver: CIMI. Disponível em: <www.cimi.org.br>.

visitar seus parentes e, com isso, perdem os vínculos e acabam deixando de falar a sua língua indígena.⁴⁶

Ainda de acordo com Santos e Teixeira⁴⁷, essa prática vivenciada pelos indígenas em contexto urbano influenciou nas respostas do censo de 2010, especificamente no momento de se vincular a uma etnia específica e se autodeclarar falante da língua. Nesse sentido, é possível verificar indícios de lacunas com relação aos números populacionais de índios em contexto urbano; ou seja, o número de índios vivendo na cidade pode ser maior do que o apresentado pelo censo do IBGE de 2010.

Portanto, se os índios que residem em áreas urbanas não atenderem as essas especificações do censo, eles não podem se afirmar como indígenas? Será que o IBGE apenas considera índios em contexto urbano aqueles que estão localizados em bairros ou núcleos populacionais, denominados de aldeias indígenas urbanas? E os índios que moram em bairros da cidade e não atendem a um dos quesitos da pesquisa do IBGE, não podem se autodeclararem indígenas? O que é ser índio em área urbana para o IBGE?

Para o IBGE,

A estrutura espacial ora revelada, diferentemente da observada em 2000, pode ser fruto da redução do número de pessoas que se autoclassificaram genericamente como indígenas no Censo Demográfico 2000 e que não possuíam identificação com etnias específicas. A investigação do pertencimento étnico pode ter inibido esse grupo de se classificar na categoria indígena.⁴⁸

Outra situação possível de análise, agora pautada no resultado do Censo de 2010, é que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram as unidades da federação em que houve maior redução de índios em contexto urbano, enquanto as regiões Norte e Nordeste aumentaram significativamente sua população indígena em área rural. Como a maioria dos grupos indígenas que viviam nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro eram de etnias vindas do Norte e do Nordeste, pode ter ocorrido uma viagem de volta dos índios para suas Terras Indígenas.

Percorrendo as produções acadêmicas referentes à temática indígena, aponto que não foi encontrado nenhum estudo que levantasse ou sinalizasse essa questão. Mas, conforme mergulhava nesse universo, fui percebendo que essa explicação teria sentido, em virtude dos

⁴⁶ SANTOS, Ricardo Ventura; TEIXEIRA, Pery. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cad. Saúde Pública*, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n6/01.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

⁴⁷ SANTOS, op. cit., 2013.

⁴⁸ IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. p. 09.

avanços nos processos de demarcação de Terras Indígenas que ocorreram nos últimos anos no Nordeste, principalmente no estado de Pernambuco.

Como nos censos anteriores, o de 2010 também apresenta um significativo número de mulheres indígenas residindo em áreas urbanas. Enquanto a população masculina fica em 155.867 índios, a feminina possui 168.967 mulheres indígenas. Em dados populacionais, são aproximadamente 13 mil mulheres a mais residindo no espaço urbano, o que representa 7% do número de índios em contexto urbano no Brasil. Analisando o quantitativo de homens e mulheres indígenas no Censo de 2010, identificamos uma maior proporção desse grupo na faixa etária adulta, que compreende um total de 49% da população, enquanto a de crianças indígenas fica entorno de 22%, conforme apresenta o gráfico abaixo.

Em comparação com os dados anteriores, e se levarmos em consideração o número de índios no espaço urbano, é possível perceber que houve um aumento gradativo do número de crianças indígenas e de adultos na cidade. Outro dado apontado no censo e que merece atenção e análise dos pesquisadores se refere a um expressivo número de mulheres indígenas que se reconhecem como pertencentes a uma determinada etnia indígena, mas não se autodeclaram.

Essa situação pode ser explicada a partir das palavras de Hall de que todo

[...] o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, [...]. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.⁴⁹

Ainda nessa perspectiva do autor, é possível perceber que o indígena urbano que está incorporando em seu dia a dia identidades líquidas e fluidas se aproxima muito mais da identidade do sujeito pós-moderno do que aqueles que não estão no espaço urbano.

As identidades líquidas e fluidas são assim chamadas “porque não mantêm sua forma com facilidade”.⁵⁰ São mais leves e menos pesadas que qualquer outra identidade sólida. Segundo Bauman associar a leveza ou ausência de peso a essa condição significa mostrar que, “quanto mais leves viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos”⁵¹. Assim, diante dessa oscilação e instabilidade, os indígenas em contexto urbano acabam tornando suas identidades híbridas e deslocadas de uma origem local.

Ainda na tentativa de apresentar os resultados do Censo de 2010, observamos que a região Nordeste se destaca em termos numéricos com relação à população indígena em

⁴⁹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 12.

⁵⁰ BAUMANN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 08.

⁵¹ BAUMANN, op. cit., 2001, p. 09.

contexto urbano, com 106.150 índios, seguida pela região Sudeste, com 79.263 índios, e pela região Norte, com 61.520 índios. A região Centro-Oeste compreende um contingente de 34.238 índios; ou seja, se levarmos em consideração os dados anteriores do censo de 2000, observa-se que a região está com um número de 4 mil indígenas a menos.

É importante evidenciar que, mesmo com uma perda de 22 mil índios em área urbana, o Estado de São Paulo/SP ainda mantém um número grande de indígenas em seu território: 37.915 índios. Com base nos dados do censo de 2010, as demais unidades da federação que se destacam com um quantitativo de índios na cidade são: Bahia/BA (36.320), Amazonas/AM (34.302), Pernambuco/PE (25.780), Minas Gerais/MG (19.843), Rio de Janeiro/RJ (15.156) e Mato Grosso do Sul/MS (14.457). Realizando uma comparação dos números do censo de 2000 com os do censo de 2010, último publicado, verifica-se que houve uma redução de indígenas em contexto urbano em 20 estados brasileiros e, ainda, que, dos 10 municípios brasileiros com maior número de índios residentes na cidade, oito são capitais (IBGE, 2012). Dentre eles, destacam-se os seguintes:

Quadro 1.

ESTADOS COM MAIOR POPULAÇÃO INDÍGENA URBANA – CENSO 2010			
	MUNICÍPIOS	CENSO 2000	CENSO 2010
1	SP – São Paulo	17.068	11.918
2	AM – São Gabriel da Cachoeira	6.029	11.016
3	BA – Salvador	18.712	7.560
4	RJ – Rio de Janeiro	15.622	6.764
5	RR – Boa Vista	4.348	6.072
6	DF – Brasília	6.880	5.941
7	MS – Campo Grande	4.620	5.657
8	PE – Pesqueira	1.052	4.048
9	AM – Manaus	7.787	3.837
10	PE – Recife	5.094	3.665

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

Estudando os números dos Censos de 2000 e de 2010 e sistematizando alguns dados, percebe-se que houve uma redução significativa de indígenas que residiam nas cidades de São Paulo (SP), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Manaus (AM), enquanto os municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS) e Pesqueira (PE) tiveram um crescimento expressivo de índios em contexto urbano. Ainda de acordo com os dados do IBGE/2010, dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 1.538 não têm indígenas

autodeclarados em contexto urbano, enquanto no ano de 1991 esse número era de 3.521 municípios.

Após transitar pelos dados dos censos obtidos junto ao IBGE, percebemos que a temática dos indígenas em contexto urbano é algo que merece muito mais atenção dos pesquisadores, principalmente pela complexidade das questões numéricas, de pertencimento e de identidade/diferença. Por se tratar de populações indígenas na cidade, observamos que as permanências no espaço urbano, em muitas ocasiões, são líquidas e negociadas, fato que pode ser visualizado a partir de uma análise mais aprofundada dos resultados dos censos.

Além de tentar sistematizar cronológica e didaticamente os resultados dos censos com relação às populações indígenas em contexto urbano, procuramos, por meio da escrita, muito mais do que anunciar os dados, realizar um diálogo e promover a visibilidade da presença dos índios na cidade.

Referências

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. *O regime imagético Pankararu*: tradução intercultural na cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BACKES, José Licínio; NASCIMENTO, Adir Casaro. Aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e da exclusão: um exercício cotidiano e decolonial. *Série-Estudos*, Campo Grande, UCDB, v. 31, p. 25-34, 2011.

BAINES, Stephen. Grant. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Brasil Indígena*, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, 01 dez. 2001.

BAUMANN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Descaminhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II - outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2013.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas*. São Paulo/SP: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MELO, Juliana. *Identidades fluidas: ser e perceber-se como Baré (Aruak) na Manaus Contemporânea*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2009.
- NAKASHIMA, Edson Yukio. *Reatando as pontas da rama: a inserção dos alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública na cidade de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Tomas Paoliello Pacheco de. Dinâmicas recentes da população indígena no Nordeste brasileiro. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Transformações na população brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas*, Águas de Lindoia, São Paulo, 2012.
- PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; SANTOS, Ricardo Ventura; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Perfil demográfico socioeconômico das pessoas que se autodeclaram indígenas nos censos demográficos do IBGE - 1991-2000. In: PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ e Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.
- SANTOS, Ricardo Ventura; TEIXEIRA, Pery. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cad. Saúde Pública* [online], v. 27, n. 6, p. 1048-1049, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n6/01.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- SILVA, Tomás Tadeu da (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: D&A, 2003.

SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias. *Alfabetização na língua terena: uma construção de sentido e significado da identidade terena da aldeia Cachoerinha, Miranda, Mato Grosso do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

Fontes

IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

TERENA, M. Entrevista dos 500 anos. *Revista Caros Amigos*, p. 36-41, abr. 2000.

Recebido em 21 de janeiro de 2015; aprovado em 28 de maio de 2015.